



Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.
CNPJ/MF nº 26.643.937/0001-79

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A ESTE auferiu a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais: **2022** **2021**
Disponibilidade (%) 100,00% 00,00%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as funções de transmissão encontram-se disponíveis em um determinado

período e o total de horas no período considerado. **Responsabilidade social:** Com o intuito de contribuir de forma efetiva na ampliação do acesso à cultura, educação de qualidade, prática de esportes e saúde a ESTE apoiou em 2022 diversos projetos sociais, através das Oitês de incentivo, dentre os quais destacamos: Grupo Storm, Instituto Tomie Ohtake, Confederação Brasileira de Rugby, Instituto Tênis e Associação Casa São José de Florianópolis. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis

apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Boards - IASB*, e de acordo com a Lei 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2022, os resultados da ESTE foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	37.902	189.451
EBITDA	109.579	344.951

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da ESTE.

A Diretoria

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	266.198	194.825
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	350	-
Juros e variação monetária	56.426	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	27.737	50.671
	350.711	245.496

(Aumento) redução no ativo
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias (12.843) -
Ativo contratual da concessão (288.533) (456.532)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis 2.018 (392)
Outros ativos (287) (15)
(299.645) (456.399)

Aumento (redução) no passivo
Fornecedores 3.134 3.811
Tributos e contribuições sociais a recolher (100) 783
Encargos regulatórios 597 -
Outros passivos 3 314
Pagamento de imposto de renda e contribuição social (1.966) -
1.668 4.908

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 52.734 (206.535)

Fluxo de caixa das atividades de investimentos
Resgates de investimentos curto prazo - 188.870
Aplicações de títulos e valores mobiliários (94) -
Aplicações de investimentos curto prazo (128) -
Aplicações no imobilizado (24) -
Aplicações no intangível (19) -

Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos (265) 188.870

Fluxo de caixa das atividades de financiamento
Aumento de capital 18.300 45.700
Pagamento de dividendos (56.001) -
Amortização e pagamento de juros de debêntures (12.536) -
Pagamento de debêntures e arrendamento mercantil (442) -

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento (50.678) 45.700

Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa 1.791 28.035

Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa 33.559 5.524
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa 35.350 33.559

Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa 1.791 28.035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	225	65
Aplicações financeiras	35.125	33.494
	35.350	33.559

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecerem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em média, 95,42% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (92,01% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

5. INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2022, a ESTE possui saldo de R\$1.330 (R\$1.202 em 31 de dezembro de 2021) referente ao Fundo de investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 100,84% e 104,53% do CDI, respectivamente.

6. ATIVO CONTRATUAL DA CONCESSÃO

Movimentação do ativo contratual da concessão:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	562.883	-
Remuneração do ativo contratual da concessão	66.696	-
Recicla de implantação de infraestrutura	460.416	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.089.995	-
Remuneração de operação e manutenção	22.210	-
Remuneração do ativo contratual da concessão	320.797	-
Recicla de implantação de infraestrutura	108.175	-
Efeito de revisão tarifária periódica	(31.325)	-
Realização do ativo contratual (rescibimento)	(131.324)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.378.528	-

Ativo contratual da concessão - circulante 118.118
Ativo contratual da concessão - não circulante 1.260.410
Total circulante e não circulante 1.378.528

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ESTE considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

7. FORNECEDORES

Inclui obrigações com a aquisição de máquinas, equipamentos, materiais e serviços relacionados à implantação do empreendimento no montante de R\$17.444 em 31 de dezembro de 2022 (R\$14.310 em 31 de dezembro de 2021).

8. DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	31/12/2022	31/12/2021
Encargos Principal	Principal	Principal
Debêntures 1ª emissão	2.296 (1.204)	542.102 543.194
Arrendamento mercantil	- 108	8 116
	2.296 (1.096)	542.110 543.310

O saldo de principal da dívida de curto e longo prazo encontra-se acrescido de juros e variação monetária incorridos até 31 de dezembro de 2022 e líquido de custos a amortizar no montante de R\$22.474 para 1ª emissão. As obrigações contratuais previstas no contrato preveem a manutenção de índices financeiros pela Alupar. Até o prazo da vigência da fiança será: Dívida Líquida Consolidada/EBITDA menor ou igual a 4,50x. Após a vigência da fiança o ICSD, será, de no mínimo, 1,20. A tabela a seguir apresenta as condições contratuais das debêntures da ESTE:

Condições contratadas	Taxa a.a.	Periodicidade da amortização
Principal contratado	Juros (%)	Principal Encargos
415.000	IPC/A 4,5%	Semestral Semestral

9. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/12/2022
P&D - Pesquisa & Desenvolvimento	499
Taxa de fiscalização - ANEEL	245
	744

Passivo circulante 418
Passivo não circulante 326

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão e ICPC 05 - orientação contratos de concessão, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Reconhecido no resultado	31/12/2021	Reconhecido no resultado	31/12/2022
31/12/2020	-	-	(13)	(13)
	-	-	(13)	(13)

integralização de capital no montante de R\$18.300. **13.2. Reservas de lucros:** 13.2.1. **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$17.629 (R\$15.258 em 31 de dezembro de 2021). **13.2.2. Reserva de retenção de lucros:** Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$42.055 (R\$0 em 31 de dezembro de 2021). **13.2.3. Reserva de lucros a realizar:** Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira dos saldos de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$275.989 (R\$275.989 em 31 de dezembro de 2021). **13.3. Destinação do resultado:** De acordo com o Estatuto Social da ESTE, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	189.451	128.583
Constituição da reserva legal	(6.371)	(6.429)
Base de cálculo de dividendos	183.080	122.154
Dividendos mínimos obrigatórios	(45.770)	-
Reserva de retenção de lucros	(42.055)	-
Reserva de lucros a realizar	(70.000)	(122.154)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	(25.255)	-
Saldo de lucros acumulados	-	-

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de operação bruta	451.182	527.113
Receita de implantação de infraestrutura	108.175	460.416
Remuneração do ativo contratual da concessão	320.797	66.697

continua

Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.350	33.559
Investimento curto prazo	5	1.330	1.202
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		9.652	-
Ativo contratual da concessão	6	118.118	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		48	2.152
Outros tributos compensáveis		86	-
Outros ativos		133	45
		164.717	36.958
Ativo Não Circulante			
Títulos e valores mobiliários		94	-
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		3.191	-
Ativo contratual da concessão	6	1.260.410	1.089.995
Outros ativos		199	-
Imobilizado		103	-
Intangível		19	-
		1.264.016	1.089.995
Total do Ativo		1.428.733	1.126.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Passivo Circulante			
Debêntures e arrendamento mercantil	8	1.200	43.049
Fornecedores	7	17.444	14.310
Impostos sociais e contribuição social a pagar		7.326	-
Outros tributos a pagar		2.918	-
Dividendos a pagar		45.770	-
Encargos regulatórios	9	418	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	11.355	-
Outros passivos		1.443	1.440
		87.874	60.576
Passivo Não Circulante			
Debêntures e arrendamento mercantil	8	542.110	456.531
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	214.190	147.976
Encargos regulatórios	9	326	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	121.163	104.781
		877.789	709.288
Total do Passivo		965.663	769.864
Patrimônio Líquido			
Capital social	13	88.142	69.842
Reservas de lucro	13	349.673	287.247
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	13	25.255	-
Total do Patrimônio Líquido		463.070	357.089
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.428.733	1.126.953

(Em milhares de reais)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.142	4.829	-	153.835	-	-	182.806
Proposta da administração para transferir o saldo de reserva de retenção de lucros para reserva de lucros a realizar	-	-	-	153.835	(153.835)	-	-
Aumento de capital	45.700	-	-	-	-	45.700	45.700
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	128.583	128.583
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	6.429	-	-	-	(6.429)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	122.154	-	-	(122.154)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	69.842	11.258	275.989	-	-	-	357.089
Aumento de capital	18.300	-	-	-	-	-	18.300
Pagamento de dividendos sobre lucros a realizar	-	-	(56.000)	-	-	-	(56.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	189.451	189.451
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	6.371	-	-	-	(6.371)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(45.770)	(45.770)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	25.255	(25.255)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	42.055	-	(42.055)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	70.000	-	-	(70.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	88.142	17.629	289.989	42.055	25.255	-	463.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE" ou "Companhia") foi constituída em 11/11/2016, com a finalidade de explorar serviços de transmissão de energia elétrica, nos moldes definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), correspondente ao Lote 22 do Leilão ANEEL nº 13/2015 - 2ª Etapa - Replicação, cujo investimento previsto pela ANEEL é de R\$485.841. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua das Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala K - São Paulo - SP. A ESTE possui o direito de explorar, diretamente ou através de contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

	Contrato de concessão	Data da entrada em operação comercial
Número	Ano	Vigência até
019/2017	30/2047	135.205 IPCA fev/22

(*) A Receita Anual Permissiva (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.067 de 12/07/2022. RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$148.986. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ESTE entende, que ao final do prazo de concessão, os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

1.1 Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia: O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IPC/A) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco significativo de não realização de seus recebíveis. Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorizações subsequentes dos mesmos. A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos signific

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2022	31/12/2021
Deduções da receita operacional	(44.516)	(50.671)
PIS	(7.444)	(8.697)
COFINS	(34.290)	(40.061)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.145)	-
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(1.637)	(1.913)
Receita operacional líquida	406.666	476.442

	31/12/2022	31/12/2021
15. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA		
Pessoal	(4.431)	(7.320)
Material	(670)	(59.469)
Serviços de terceiros	(23.850)	(146.951)
Receitas financeiras	212	2.877
Custo de empréstimos capitalizados	(5.532)	(70.580)
Despesa Financeira	65	(218)
Indenizações	4.283	(2.397)
Adiantamento a Fornecedores	6.712	5.978
Máquinas e Equipamentos	(28.889)	(315)
Depósitos Judiciais - Servidões	(4.561)	(727)
Outros	(305)	(2.495)
	(56.966)	(281.617)

16. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS
O montante de R\$31.151 refere-se, basicamente, ao efeito negativo da RTP (Revisão Tarifária Periódica) que em atendimento ao Ofício CVM 04/20 (item 2) foi registrado nessa rubrica no montante de R\$31.325. O Total dessa rubrica, em 31 de dezembro de 2022, é composto ainda do ressarcimento dos custos referentes a implantação do contrato de compartilhamento de infraestrutura no valor de R\$ 36, e diversos no valor de R\$ 138.

	31/12/2022
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	
Receitas financeiras	4.158
Receita de aplicações financeiras	3.923
Juros ativos	33
Outras receitas financeiras	202
Despesas financeiras	(51.272)
Juros sobre arrendamento mercantil	(50.728)
Variação monetária	(147)
Outras despesas financeiras	(397)
Resultado financeiro líquido	(47.114)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurada com base no regime de lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	266.198	194.825
Alíquota fiscal	34%	34%
	90.507	66.241
IFRS 15 O&M e pis-cofins-rgr+taxa	(53.174)	134.809
(+) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515	31.017	(241.407)
(-) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515, de novembro 2014	(57.713)	-
Despesas e provisões indedutíveis	67	-
Outras	(25)	-
	10.679	(40.357)
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	66.214	106.599
Lei Rouanet/Esporte/FIA	(146)	-

Imposto de renda e contribuição social no resultado
Imposto de renda e contribuição social correntes (10.533)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (66.214) (66.242)
Taxa efetiva (i) 29% 34%
(i) A Companhia obteve o incentivo fiscal (SUDENE) em 2022 com fruição em 2023 para o Imposto de Renda conforme mencionado na nota explicativa 3.9.2. Este incentivo resulta em uma redução da alíquota média do imposto de renda diferido, calculado principalmente sobre o ativo contratual da concessão.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a ESTE não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. a) **Classificação dos instrumentos financeiros:** • Caixa e bancos são classificados como pelo custo amortizado. • Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como valor justo por meio do resultado. • Debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado. b) **Hierarquia do valor justo:** A ESTE utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve transferências decorrentes de avalia-

ções de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A ESTE classifica os saldos de equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo como nível II. c) **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da ESTE podem ser assim identificados: **Risco de crédito** - A ESTE mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.300 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a ESTE mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; **Risco de preço** - As receitas da ESTE, são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA; **Risco de taxas de juros** - A atualização dos contratos de debêntures da ESTE estão vinculados a variação do CDI; **Risco de liquidez** - A principal fonte de caixa da ESTE é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas de juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do faturamento da Companhia também estar atrelado a índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A ESTE oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida. Não existem benefícios pós-emprego e pagamento baseado em ações.

A Diretoria

Contador: Angelo Piovezan - CRC 1SP293614

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de

2022, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 1.378.528 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a

verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.2 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em

resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP- 034519/O
Eduardo Wellich
Contador
CRC SP18405/O



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 17/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/17/SUDESTE1568284417032023.pdf>
Hash: 1679008561694898ce462d4f5a96eea46f4d567c6f